

EDITORIAL

Nova ofensiva para
aprovar a Reforma da
Previdência

PÁG.2

BRASIL

SENGE Rio critica medida
que prevê entrada de
engenheiros estrangeiros

PÁG.6

ARTIGO

"Golpe parlamentar",
pelo advogado e cientista
político Jorge Folena

PÁG.2



Crise na Uerj afeta
principalmente estudantes
de baixa renda PÁG.7



Foto: Alessandro Carvalho

Evento discutiu questões da profissão e buscou analisar a situação atual do Brasil

11º CONSENGE é realizado em Curitiba

EVENTO REUNIU SINDICATOS D
E ENGENHEIROS DE TODO O PAÍS

PÁGINAS 3,4 E 5

OFENSIVA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

É possível perceber uma guinada do governo Temer no sentido de tentar aprovar a pseudoreforma da previdência. Uma reunião de esforços conjugados no parlamento, entre os empresários, mais 2 bilhões de reais de verbas para os prefeitos, propaganda paga e uma grande cobertura de mídia somente nos aspectos favoráveis a reforma. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia tem sido uma das principais peças de apoio do governo para a aprovação. Apesar de todas essas medidas, há uma semana a contagem dos votos favoráveis não se modifica e nos últimos dias os discursos oficiais estão ficando cada vez mais reticentes e pessimistas. Por que tudo isto acontece?

Em primeiro lugar a movimentação do governo e das forças políticas que o sustentam se devem ao fato da agenda política conservadora não caber no tempo útil de mandato que Temer ainda dispõe. É sempre conveniente lembrar que a manobra jurídico-parlamentar que tirou Dilma do governo teve como finalidade exatamente por em prática uma agenda conservadora derrotada nas eleições presidenciais. Uma parte dessa agenda já foi implementada como a limitação do teto dos gastos e a reforma trabalhista. No entanto o tempo é o maior inimigo do governo, pois a medida que o tempo passa os deputados e senadores se sentem cada vez mais incomodados com a possibilidade de não se reelegerem no próximo pleito. E isto é crucial, pois uma grande quantidade deles necessita da proteção do foro privilegiado para se defender de processos de corrupção que correm na justiça. Este é um dos maiores obstáculos ao projeto das forças conservadoras.

Golpe parlamentar

JORGE FOLENA*

Em 31 de março de 2017, no primeiro Seminário SOS Brasil Soberano, promovido pelo Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro, quando o professor Márcio Pochmann manifestou, ao final da sua exposição, que poderíamos não ter eleição presidencial em 2018, todos os presentes no auditório lotado ficaram perplexos com sua afirmação.

O professor Pochmann não é vidente, porém é certo que os golpistas de 2016, sob os quais pesam gravíssimas acusações de desmandos criminais, não entregarão facilmente o poder que conquistaram sem o voto popular, que tem sido utilizado por eles para promover reformas, cortes de direitos e ações que constituem verdadeiras atrocidades contra o povo brasileiro e também para se manterem imunes, pelo foro privilegiado, quanto aos diversos crimes pelos quais estão sendo processados.

Em um comportamento típico de sociedades ainda coloniais, que copiam modelos estrangeiros para aplicá-los em contextos inteiramente diversos, em janeiro de 2016 foi apresentado, para debate na Ordem dos Advogados do Brasil, um estudo para se implantar no Brasil o semipresidencialismo, em que se defendia a retirada da Presidência da República de suas atribuições de chefia de governo e administração do país, que seriam transferidas para um conselho de ministros formado por parlamentares.

No mesmo ano, o assunto foi debatido no Senado Federal como um plano B para a eventualidade de não ser possível materializar o afastamento de Dilma Rousseff da presidência.

Com Michel Temer já processado por duas vezes no Supremo Tribunal Federal, a estratégia para mantê-lo no poder e assegurar-lhe o foro privilegiado, para que não venha a responder pelos crimes de que está sendo acusado, será aprovar, por emenda constitucional, o parlamentarismo no Brasil. O tema está aguardando julgamento no Supremo Tribunal Federal e tem como relator Alexandre de Moraes, ministro indicado por Michel Temer, que já pediu sua inclusão em pauta para julgamento.

O próprio Michel Temer tem manifestado que está governando o país no sistema parlamentar, pois a todo momento interage com os parlamentares, que lhes correspondem em sua maioria, sendo, porém, necessário destacar que, entre estes “apoia-dores”, encontram-se indivíduos sobre os quais pendem sérias acusações, havendo inclusive aqueles já condenados por graves delitos, como Celso Jacob, do PMDB do Rio de Janeiro.

Com a aprovação do parlamentarismo, ganharão todos os golpistas de 2016, que se mantêm no poder trabalhando contra o país e sacrificando o povo com mais tributos, mais horas de trabalho e menos direitos sociais a cada dia; tudo em benefício dos políticos corruptos e do mercado financeiro que os patrocina.

Caso seja aprovado o parlamentarismo no Brasil, por meio de um semipresidencialismo, será o desdobramento do golpe político de 2016, que violou a democracia no Brasil, e permitirá que pessoas sem qualquer compromisso com o povo possam doravante governar diretamente o destino do Brasil e por

A frase proferida por Romero Jucá torna-se realidade a cada dia, mostrando que se trata, efetivamente, de um golpe com supremo e tudo.

um período muito longo.

O futuro chefe do governo do Brasil poderá ser uma pessoa que tenha recebido menos votos que o prefeito de uma cidade brasileira, o que é estranho para a realidade e o pensamento político brasileiro. Além disso, fica uma outra questão: uma vez que o Brasil adota o sistema federalista, será o parlamentarismo implantado também nos Estados e Municípios brasileiros? Pois, caso isso venha a ocorrer, colocará em risco o mando dos caciques políticos locais, que ficarão submetidos ao governo parlamentar de deputados estaduais e vereadores, enfraquecendo uma tradição política brasileira, pois governadores e prefeitos se tornarão figuras decorativas, sem efetiva capacidade decisória. Entre tantas indagações, a frase proferida por Romero Jucá torna-se realidade a cada dia, mostrando que se trata, efetivamente, de um golpe com supremo e tudo.

* JORGE FOLENA é advogado e cientista político.



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: informe@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA

Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Herminio de Aguiar Caldeira, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antonio Cosenza (licenciado a partir de 08/08/2017), Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Nei Rodrigues Beserra, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Roberto Ricardo de Araújo Góes, Vera Baccelar Cantanhede de Sá, Victor Marchesini Ferreira

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO

Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio e Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO FISCAL

Efetivo: José Stelberto Porto Soares, Paulo César Quintanilha, Sônia da Costa Rodrigues
Suplente: Antônio Carlos Alvares Grillo

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Diagramação: Leonardo Santos

Revisão: NPC

E-mail: comunicacao@sengerj2.org.br

Periodicidade: Mensal

A nova diretoria da Fisenge é eleita durante o 11º Consenge

A nova diretoria da Fisenge é eleita durante o 11º Consenge O engenheiro Clovis Nascimento, vice-presidente do Senge-RJ, foi reeleito presidente da federação

Texto: Katarine Flor - Senge Rio
Edição: Camila Marins - Fisenge

A nova diretoria da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) foi eleita na manhã de sábado (9/9), durante o 11º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), em Curitiba.

O engenheiro Clovis Nascimento, vice-presidente do Senge-RJ, foi reeleito presidente da federação. Ele destacou a importância do movimento sindical no fortalecimento da resistência frente ao atual cenário político. “A Fisenge acumula uma história de luta e de resistência. Assumimos essa gestão reforçando o compromisso em defesa da engenharia e da democracia”, afirmou Clovis.

O presidente da Fisenge destacou, ainda, a defesa da soberania nacional. “Vemos este governo entregando os nossos recursos naturais, o território brasileiro, as empresas públicas e querendo privatizar o setor elétrico. Isso é perda de soberania nacional e não permitiremos. A nossa trincheira é a da resistência”, conclui.

O vice-presidente eleito da Fisenge e presidente do Senge-BA, Ubiratan Félix avalia que, em curto prazo, o cenário é sombrio, contudo, em médio prazo, a História conspira a nosso favor. “Se olharmos para história do Brasil, veremos que em todos os momentos de crise houve mudanças para avançar. Após a guerra do Paraguai, foi criado o movimento republicano e abolicionista, que teve consequências em 1888 e 1889. A crise de 1954 levou à criação da Petrobrás e da Eletrobrás. Crises criam

também oportunidades de mudar o patamar da política e da sociedade. Isso não quer dizer que devemos ficar parados. Ou nos organizamos e criamos uma pauta de mudanças, ou as coisas vão ficar como estão”, afirma.

Giucélia Figueiredo, diretora do Senge-PB, foi reeleita para federação. Segundo a engenheira, o 11º Consenge reafirmou a história e a memória de luta da federação. “

LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

O combate à privatização foi uma das propostas reforçadas pelo Consenge. Gunter Angelkorte, diretor do Senge-RJ e reeleito como diretor suplente da Fisenge, destaca a importância de combater a privatização do setor elétrico brasileiro. “Isso não é aceitável e não pode se concretizar de maneira alguma, sob o risco de colocarmos toda a sociedade brasileira no século XIX. A energia elétrica é algo primordial para a vida humana. Sem ela, o ser humano não consegue viver em sua plenitude”, afirma Gunter lembrando que o próximo governo federal admite o aumento das tarifas das contas de luz.

“Nós já estamos reagindo, criando focos de resistência na sociedade”, afirma o engenheiro. A Fisenge também participa da coordenação do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE).

RENOVAÇÃO

O 11º Consenge entra para a história da Federação como o congresso com maior participação de mulheres. “Há uma renovação da diretoria e também dos participantes”, avalia Elaine

Santana, diretora do Senge-SE, eleita como diretora adjunta. Ela destaca a expressiva participação de 80 mulheres e 39 estudantes no encontro.

Simone Baía, diretora do Senge-ES, foi reeleita diretora da mulher. Ela avalia que o aumento da participação de engenheiras é fruto do trabalho e da luta de mulheres de muitas décadas. E conclui que “houve um avanço não só numérico, mas em termos de participação efetiva com um debate qualificado, na resistência contra os avanços do capital, contra as privatizações, contra o desmonte das empresas públicas”.

Maria Virgínia Brandão, diretora do Senge-RJ foi eleita como diretora adjunta da mulher. Ela destaca a importância da presença de mulheres na diretoria da Federação. “O movimento das mulheres dentro dos sindicatos de engenheiros e da Federação está consolidado”, afirmou Virgínia. Ela avalia, entretanto, que é necessário avançar na mobilização, a fim de aumentar o número de participação de mulheres.

COMUNICAÇÃO SINDICAL

O presidente da Fisenge Clovis Nascimento agradeceu aos trabalhadores da comunicação sindical que atuaram na cobertura do Consenge. O diretor do Senge-PE e diretor da Federação, Roberto Freire, destacou a importância de divulgar as ações sindicais. “Tudo o que nós fazemos precisa ter visibilidade. Nossa equipe de comunicação, coordenada pela jornalista Camila Marins, conseguiu fazer isso”, afirmou Freire.

DIRETORIA DA FISENGE GESTÃO 2017-2020

DIRETORIA EXECUTIVA

- Diretor Presidente
CLOVIS FRANCISCO DO NASCIMENTO FILHO (SENGE-RJ)
- Diretor Vice-Presidente
UBIRATAN FÉLIX PEREIRA DA SILVA (SENGE-BA)
- Diretor Financeiro
ROBERTO LUIZ DE CARVALHO FREIRE (SENGE-PE)
- Diretora Financeira-Adjunta
ELAINE SANTANA SILVA (SENGE-SE)
- Diretor Secretário-Geral
VALTER FANINI (SENGE-PR)
- Diretora da Mulher
SIMONE BAÍA PEREIRA GOMES (SENGE-ES)
- Diretor de Negociação Coletiva
FERNANDO ELIAS VIEIRA JOGAIB (SENGE-VR)
- Diretor Executivo
RAUL OTÁVIO DA SILVA PEREIRA (SENGE-MG)
- Diretora Executiva
GIUCÉLIA ARAÚJO DE FIGUEIREDO (SENGE-PB)
- Diretor Executivo
EDUARDO MEDEIROS PIAZERA (SEAGRO-SC)

DIRETORES SUPLENTE

- Diretor Executivo Suplente
JOSÉ EZEQUIEL RAMOS (SENGE-RO)
- Diretor Executivo Suplente
GUNTER DE MOURA ANGELKORTE (SENGE-RJ)
- Diretor Executivo Suplente
CÍCERO MARTINS JUNIOR (SENGE-PR)
- Diretor Executivo Suplente
NANDO RIBEIRO QUEIROZ (SENGE-MG)
- Diretor Executivo Suplente
JORGE DOTI CESA (SEAGRO-SC)
- Diretor Executivo Suplente
CARLOS ANTÔNIO DE MAGALHÃES (SENGE-SE)
- Diretor Executivo Suplente
MANOEL BARRETO NETO (SENGE-BA)
- Diretora Executiva Suplente
MARIA VIRGINIA MARTINS BRANDÃO (SENGE-RJ)

CONSELHO FISCAL

- Diretor do Conselho Fiscal
ADELAR CASTIGLIONI CAZAROTO (SENGE-ES)
- Diretor do Conselho Fiscal
LEANDRO JOSÉ GRASSMANN (SENGE-PR)
- Diretor do Conselho Fiscal
ALIRIO FERREIRA MENDES JÚNIOR

CONSELHO FISCAL - SUPLENTE

- Diretor Suplente do Conselho Fiscal
GERALDO SENA NETO (SENGE-RO)
- Diretor Suplente do Conselho Fiscal
FERNANDO FREITAS (SENGE-PE)
- Diretora Suplente do Conselho Fiscal
SILVANA PALMEIRA (SENGE-BA)

Relatório de trabalho da Assessoria de Comunicação no 11º Consenge

A equipe de Assessoria de Comunicação trabalhou de forma colaborativa durante os quatro dias do 11º Consenge, com os seguintes resultados:

2 mil Fotografias;

17 matérias para o site da Fisenge;

3 boletins via whatsapp e 3 boletim impresso;

TV Fisenge: 20 matérias e entrevistas em vídeo e transmissão ao vivo das palestras e plenária final;

Facebook: os vídeos alcançaram mais de 60 mil pessoas, com cerca de 8 mil visualizações e 300 compartilhamentos. No total, a página da Fisenge teve durante a semana um aumento de 461% no seu alcance, 343%

de envolvimento e de 900% no número de novas curtidas.

Equipe: Camila Marins (Fisenge), Caroline Diamante (Senge-MG), Carolina Guimarães (Senge-BA), Ednubia Ghisi (Senge-PR), Joka Madruga (Fisenge), Katarine Flor (Senge-RJ), Marine Moraes (Senge-PE), André Vieira e Sebastian Soto (TV Memória Latina).



Delegados votam durante o 11º Consenge, em Curitiba

Delegados do 11º Consenge aprovam diretrizes da Fisenge para os próximos três anos

Pautas como Ensino à Distância e defesa do setor elétrico permearam a plenária final do Consenge

Os temas abordados foram: organização e formação sindical; resistência social e sindical; o ensino da engenharia; transformações do mundo do trabalho; fortalecimento do estado brasileiro; políticas públicas com visão soberana de estado, o papel da engenharia para o desenvolvimento sustentável e recursos naturais e serviços públicos a favor da soberania nacional.

Fortalecer a formação política e sindical dos trabalhadores, diante da realidade atual que permeia as relações de trabalho, esteve entre as propostas aprovadas dentro do tema “Proteção social e do trabalho”. Como também, promover a comunicação estruturada para as diversas

mídias e unificada entre os estados, estreitar laços com movimentos sociais, entidades de classe e grupos da sociedade organizada, aproximar o movimento sindical da comunidade e das universidades.

ENSINO À DISTÂNCIA

O debate a respeito dos cursos de graduação na área da engenharia e agronomia ministrados por Educação à Distância (EAD) foi caloroso. A proposta é ser contra a aprovação de curso predominantemente EAD. “O nosso entendimento é de que tem que ter uma limitação de 20% no máximo, no uso dessa ferramenta, que é muito importante, mas que não pode ser a base do ensino da graduação nas

áreas de engenharia e agronomia”, defende o diretor da Fisenge e do Seagro-SC, Jorge Dotti.

SETOR ELÉTRICO

Em “O desenvolvimento e a Soberania Nacional”, foi o debate em defesa do setor elétrico que orientou parte das propostas. Os delegados e as delegadas aprovaram a defesa intransigente para que não seja vendido o sistema Eletrobras.

“A questão da privatização do setor elétrico não se restringe apenas a uma questão ideológica de ser contra ou a favor a uma determinada situação imposta pelo governo. Estamos falando da vida, a energia elétrica é fundamental ao ser humano e é essencial compreender

que não é mercadoria. Não podemos considerar a energia elétrica como uma commodity, para variar seu valor de acordo com o interesse do mercado”, afirma Gunter Angelkorte, diretor do Senge RIO.

Outras propostas aprovadas foram a defesa da Petrobrás e da engenharia nacional, a promoção e incentivo à pesquisa como fator de soberania, a luta contra a terceirização e as reformas previdenciária e trabalhista, com o encaminhamento de referendo sobre a reforma trabalhista e plebiscito sobre a reforma previdenciária.

Texto: Marine Moraes

Edição: Camila Marins e Ednubia Ghisi

11º Consenge aprova Carta de Curitiba

No marco dos 100 anos da primeira Greve Geral no Brasil e da Revolução Russa, manifestamos a urgência de um projeto de país comprometido com a engenharia brasileira, a soberania nacional e a classe trabalhadora.



No marco dos 100 anos da primeira Greve Geral no Brasil e da Revolução Russa, nós, engenheiras e engenheiros reunidos no 11º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), manifestamos a urgência de um projeto de país comprometido com a engenharia brasileira, a soberania nacional e a classe trabalhadora.

Fizemos o maior Congresso da história, com mais de 300 participantes, além da maior delegação de mulheres e de estudantes, frutos da construção do Coletivo de Mulheres da Fisenge e do Coletivo Nacional de Estudantes, em diversos estados.

Com a consolidação do golpe ao mandato da presidenta Dilma Rousseff, a engenharia brasileira sofre um inaceitável processo de criminalização, com empresas nacionais fechadas, obras paralisadas e milhares de profissionais demitidos. Estas são consequências intoleráveis, frutos da crise política

capitaneada pela Operação Lava Jato. Repudiamos a corrupção e exigimos a responsabilização de todas as pessoas envolvidas em desvios de conduta, sem a penalização das empresas nacionais.

A engenharia é o motor da economia de todo país, uma vez que amplia a capacidade produtiva e de investimentos. A desnacionalização da economia, em curso no Brasil, aprofunda o desmonte da engenharia brasileira, a subordinação ao capital estrangeiro, as desigualdades sociais e ameaça a soberania nacional. Repudiamos, ainda, a entrega do território brasileiro e também a privatização da Eletrobrás, dos Correios, da Casa da Moeda. Reivindicamos a defesa da Petrobras pública e estatal como elemento estratégico para o

desenvolvimento social. É imperativo o investimento em ciência e tecnologia, impedindo a chamada “fuga de cérebros”. Um país sem ciência e sem tecnologia é um país sem soberania nacional. A engenharia brasileira possui acúmulo tecnológico para pensar, formular, construir, projetar e inovar soluções de melhoria de condições de vida para a população.

As profundas transformações no mundo do trabalho, a chamada Revolução 4.0, impõem desafios para enfrentarmos o desemprego estrutural previsto internacionalmente. Para além do campo de bem-estar, é necessário disputar o controle e a distribuição das tecnologias.

Manifestamos como urgente a revogação da reforma trabalhista e

da emenda constitucional 95, que determina um teto para os gastos públicos. Defendemos a redução da jornada de trabalho para 35 horas sem redução de salário e a manutenção da previdência social. Apoiamos uma reforma política popular, com financiamento público de campanha e fortalecimento dos partidos políticos.

A crise é mundial e não há solução fácil. Temos, todos e todas, grandes responsabilidades. E, com grandes responsabilidades, surgem tarefas. Temos a tarefa histórica de resistir e lutar em defesa da engenharia, da democracia e da soberania nacional.

Curitiba, 09 de setembro de 2017
11º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros

Senge Rio critica proposta do governo que visa facilitar a entrada de engenheiros no Brasil

A medida causa espanto, tendo em vista o grande número de profissionais qualificados desempregados no país

O governo deve encaminhar ao Congresso um projeto de lei que tem o objetivo de facilitar a entrada de engenheiros no Brasil. O presidente do Sindicato dos Engenheiros (Senge Rio), Olímpio Alves dos Santos, considera a medida irresponsável. Tendo em vista que foram reduzidos 43 mil postos de trabalho na engenharia, na soma de 2015, 2016 e acumulado de 2017 até agosto, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego.

“Não tem sentido contratar

engenheiros do exterior, frente ao número de profissionais capacitados disponíveis para o trabalho”, garante.

A redução dos postos de trabalho, de baixa e alta qualificação, é reflexo da grave crise econômica que deu seus primeiros sinais em 2014. Agravada, a partir de 2015, com a condução equivocada da Operação Lava Jato. Para o presidente do Senge Rio foi um erro paralisar obras e destruir as empresas de engenharia.

Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) há cerca de 8.239 obras paralisadas em todo o país. O que representa

um total de R\$ 32 bilhões em investimentos.

“Quem comete crime é CPF e não CNPJ. Se os donos das empresas cometeram atos ilícitos devem ser punidos e as empresas, reestruturadas e os empregos mantidos”, conclui o sindicalista.

Entretanto, está ocorrendo o oposto: os donos e dirigentes das empresas estão sendo salvos, com acordos escandalosos em delações premiadas. As empresas e empregos destruídos.

O cenário fica ainda mais grave com a venda de patrimônio público, como é o caso da Eletrobras, por exemplo. A estatal possui um

grande número de postos de trabalho na área de engenharia.

O técnico do Dieese Paulo Jager acredita que a facilitação de registros profissionais está, possivelmente, relacionada com a entrada das empresas estrangeiras.

Essas companhias estão adquirindo patrimônio público, privatizado pelo governo Temer.

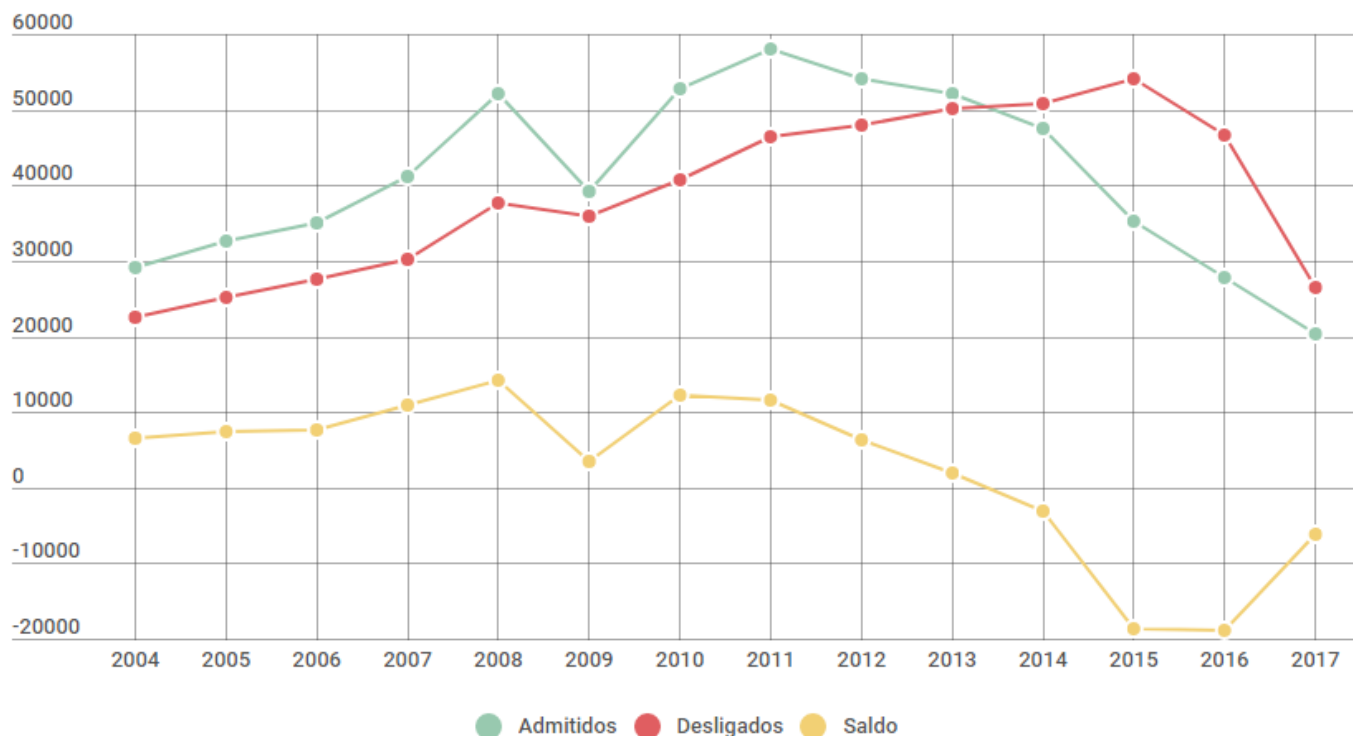
“A geração de emprego é um problema em qualquer país. Interessa a essas empresas trazer seus técnicos. Ao menos para os níveis de gestão e direção, como uma forma de controle e, também, de dar vazão aos seus ‘exércitos’ de engenheiros”, afirma Jager.

art 27

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

Postos de Trabalho da Engenharia no Brasil





Estudantes e professores em protesto contra o governo Pezão e em defesa da Uerj

Crise na Uerj afeta principalmente estudantes de baixa renda

Com bandejão fechado desde o início do ano, mais de 4 mil alunos estão sem condições de se manter na universidade

Pioneira em programas públicos e sociais que transformaram a realidade brasileira, como as cotas raciais que democratizaram o acesso à educação pública e a idealização do Sistema Único de Saúde, o SUS, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a Uerj, passa pela sua pior crise de financiamento desde a sua criação em 1950.

Atualmente, estudantes, servidores e professores lutam para manter as portas da instituição abertas para a sociedade. O Restaurante Universitário da Uerj, no bairro do Maracanã, foi uma conquista dos estudantes que ocorreu em 2009 e que está fechado desde o início do ano por conta de falta verba.

Jessica Ribeiro é aluna do curso de Pedagogia da Universidade e integra o Diretório Central dos Estudantes da Uerj (DCE). Segundo

ela, a não reabertura do Bandejão tem causado um prejuízo para mais de 4 mil estudantes que dependem diretamente do Restaurante Universitário.

“O Restaurante Universitário estar fechado prejudica muito as pessoas que passam o dia todo na Uerj, como os bolsistas e também trabalhadores que saem do trabalho e vão direto jantar antes de ir para a aula. Então, é uma política de assistência estudantil que quando está fechada, prejudica muito os estudantes da universidade que são mais populares, como os pobres, negros, cotistas e bolsistas”, explica.

Jéssica destaca ainda que a saída que os alunos encontraram para lidar com o fechamento do Bandejão foi levar para a universidade a refeição de casa.

“Almoçar ao redor da Uerj é caro

por conta da localização. A média de preço de um prato feito na região está entre 14 e 16 reais, por quilo fica mais caro. Então, a saída dos estudantes têm sido levar marmita”, conta.

Desde o dia 26 de setembro o Restaurante Universitário está ocupado por um grupo de estudantes da Uerj que reivindicam melhores condições de funcionamento para toda a Universidade.

Por meio de nota, a assessoria de imprensa da Uerj informou que o processo de licitação do Restaurante Universitário ainda está em andamento. De acordo com o comunicado enviado à Radioagência Brasil de Fato, a empresa vencedora assumirá o Bandejão que reabrirá o mais rápido possível. No entanto, a reitoria da Uerj não divulgou um prazo final para a conclusão do processo.

Intelectuais, artistas e economistas exigem eleições irrestritas em 2018

Intelectuais, artistas, economistas, advogados, jornalistas e sociólogos que compõem o projeto Brasil Nação lançaram, no dia 05 de outubro, um manifesto em defesa de eleição direta e irrestrita em 2018.

“A democracia brasileira está em perigo. Para completar o golpe parlamentar, os atuais detentores do poder discutem a ideia de costurar um remendo parlamentarista ou adiar a eleição presidencial de 2018. Há tentativas de impedir a plena representação das camadas populares. Tudo isso é inaceitável”, diz o texto.

O lançamento do manifesto, realizado no Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, contou com a presença dos ex-ministros Luiz Carlos Bresser-Pereira (da Administração e Reforma do Estado e Ciência e Tecnologia, no governo FHC) e Celso Amorim (da Defesa e Relações Exteriores, nos governos Dilma Rousseff e Lula, respectivamente) e do historiador Luiz Felipe de Alencastro.

O manifesto critica a discussão em torno do parlamentarismo ou do adiamento da eleição presidencial de 2018.

Os atuais detentores do poder discutem a ideia de costurar um remendo parlamentarista ou adiar a eleição presidencial de 2018.

Festival do Rio - "Dedo na Ferida" é eleito Melhor Documentário pelo Júri Popular

O documentário "Dedo da Ferida" foi eleito Melhor Documentário pelo Júri Popular do Festival do Rio. O filme, realizado por Silvio Tendler, com o apoio do SENGE Rio, tem como fio condutor a viagem de trabalho de um podólogo e depoimentos de economistas e pensadores renomados.

No momento em que o mundo se depara com a perda progressiva de direitos sociais, rendidos aos interesses do sistema financeiro, Silvio Tendler vai direto ao ponto que atinge toda a sociedade, independente de posicionamento político, com o lançamento de "Dedo na Ferida". Fruto de parceria com o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro e a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros, o documentário traça um panorama do cenário contemporâneo.

O novo documentário de Silvio Tendler, reconhecido por mais de 80 obras de cunho histórico e social, aborda a influência do capital na política:

"É uma crítica à política dominada pelo sistema financeiro. Você não discute mais o dinheiro a serviço da produção", diz Tendler, lembrando que se trata de um fenômeno mundial. "Acho que é a primeira vez que vamos discutir com profundidade a força do sistema financeiro na economia".

Para traçar um paralelo entre essas análises e o cotidiano dos afetados pelo poderio econômico, Silvio usa como fio de ligação a viagem de trabalho de um podólogo que mora em Japeri - cidade que tem o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado do Rio de Janeiro - até Copacabana, onde exerce sua profissão.

O tempo de deslocamento dele todo dia é o tempo de uma sessão de cinema. É o tempo que não vai ao cinema. En-

quanto vai de Japeri à Copacabana poderia estar assistindo ao filme. "Dedo na Ferida" discute uma sociedade na qual ele é um cidadão à margem, não tem uma conta no banco, não vai ao cinema, nem ao teatro. Não tem uma vida ativa. É um cara que trabalha para sustentar a família. Acredito que uma das reflexões para quem assiste ao documentário é perceber que está na hora das pessoas terem uma vida interessante, acredita Silvio Tendler.

Entre os depoimentos da obra estão os de Yanis Varoufakis, ex-ministro das Finanças da Grécia; Celso Amorim, ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil; Paulo Nogueira Batista Jr, vice-presidente do banco dos Brics; o cineasta Costa-Gavras; os intelectuais Boaventura de Sousa Santos (Universidade de Coimbra, Portugal), David Harvey (University of New York, Estados Unidos) e Maria José Fariñas Dulce (Universidade Carlos III, Espanha); os economistas Ladislau Dawbor (PUC-São Paulo), Guilherme Mello (Unicamp) e Laura Carvalho (USP), entre outros pensadores que interferem no mundo contemporâneo.

RENDA DE METADE DA POPULAÇÃO MUNDIAL ESTÁ NAS MÃOS DE 65 FAMÍLIAS

O filme também é uma aula de economia. Deixa claro que para 1% da população mundial, que detém o poderio econômico, uma crise não deve ser desperdiçada. É este pequeno grupo que, em nome dos interesses do grande capital internacional, comanda o destino dos recursos do planeta. Quebras de bolsas de valores; estouro de bolhas especulativas; e a bancarrota de países que levam famílias para linha da miséria são oportunidades para aumentar o capital, o poder e a influência deste grupo. Eles

são os donos do poder. 65 famílias têm, aproximadamente, a mesma riqueza que metade da população mundial. Bancos, seguradoras, fundos de investimento e elites econômicas navegam em uma esfera onde taxas de juros e dívidas de governos são as moedas mais fortes.

"Dedo na Ferida" discute o retrocesso ideológico a posições neoconservadoras pautado pelo empobrecimento da classe média, pela falência dos Estados e pelo desemprego. Examina de que forma o capitalismo deixou de ser produtivo para se tornar meramente especulativo, motivado pela aposta na geração de dinheiro fácil.

O sistema financeiro, que deveria servir ao propósito de levar recursos dos setores superavitários para os deficitários interessados em investir em produção, abandonou o papel de "atravessador" e se assumiu como fim principal das transações econômicas. Os governos nacionais perdem autonomia e passam a lutar contra massas de capital que circulam livremente pelo globo. Grécia, Espanha, Portugal, Brasil e tantas outras nações veem seus destinos definidos pelos interesses da esfera financeira. São grandes corporações, que, por vezes, detém orçamentos mais robustos do que o de alguns Estados, atuam como um "governo sombra", guiando políticas públicas que favorecem a maximização de seus lucros. Consideradas importantes demais para falir, grandes corporações envolvidas diretamente na crise que atingiu o sistema econômico internacional em 2008 não foram responsabilizadas pelo estrago causado na economia produtiva. Operando dentro da lei e socorridas com dinheiro público, seguem acumulando um capital volátil, transnacional, pouco produtivo e guardado em paraísos fiscais. E estão prontas para lucrar na próxima crise.

NOVOS FRUTOS NA PARCERIA COM O MOVIMENTO SINDICAL

Ampliar o debate com a sociedade brasileira sobre os crimes cometidos pelo sistema financeiro internacional em sua trajetória de semear a miséria em todos os continentes foi um dos principais motivos para que nascesse mais uma parceria do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) e da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) com Silvio Tendler. Juntos, em 2014, produziram o documentário Privatizações - A Distopia do Capital. Em 2017 assinam o Dedo na Ferida.

"Fundamentalmente quando pensamos no filme "Dedo na ferida", o que nos moveu foi a necessidade de promover o debate no Brasil sobre um tema tão árido e tão distante da população. A captura dos governos nacionais pelo capital financeiro internacional é algo concreto, é algo evidente, mas que poucas pessoas enxergam. Queremos discutir isso com a população", afirma Clovis Nascimento, presidente da Fisenge.

"É urgente popularizar, levar as informações da situação que o Estado brasileiro vive para a maioria das pessoas. O cinema, sua narrativa didática, permite isso. A proposta é que a exibição do Dedo na Ferida abra portas para debates em amplos segmentos sociais, para que seja apropriado por todos. As pessoas têm que ter consciência do que está ocorrendo, para que a partir da tomada de consciência tenham capacidade de se indignar, de se mobilizar, de se rebelar e, talvez, fazer ecoar o grito de 'BASTA' nisso tudo que vivem hoje", defende Olímpio Alves dos Santos, presidente do Senge-RJ.



Senge-RJ

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br

comunicacao@sengerj2.org.br